

Cristiano das Neves Bodart**Contextualizando**

Você já fez a seguinte pergunta: “por que grande parte de nossos juízos de valores são compartilhados?” Curioso que isso acontece mesmo quando eles parecem ser resultados de nossas opções individuais. Podemos desdobrar essa indagação em outras tantas, tais como: de que modo se concluiu que é melhor que as crianças frequentem a escola? Como foi estabelecido quais conteúdos devem ser ali ensinados? Afinal, como na maioria das vezes se definiu o que é bom, bonito ou desejável? Como se estabeleceu qual profissão deve ser mais ou menos remunerada? Essas perguntas se relacionam ao conceito sociológico de “arbitrário cultural”. Muito provavelmente a resposta mais comum a essas perguntas está relacionada à visão de que é a “sociedade” a definidora dessas questões. Nesse caso, a resposta estaria imprecisa, embora seja um bom ponto de partida. Imprecisa porque nem todos participam diretamente das atribuições de sentidos dados às coisas e aos fenômenos, embora praticamente todos os reproduzam ou os fortaleçam.

Por exemplo, é comum dizer que usamos roupas por uma definição da “sociedade”, contudo, nem você nem seus pais ou colegas participaram dessa decisão. Mas é certo que nós fortalecemos a fixação dessa norma reproduzindo-as em nossas vidas cotidianas. Por outro lado, ao evocarmos a ideia de sociedade, nos afastamos do entendimento de que tais definições são dados da natureza, o que nos ajuda a entender que alguém ou algum grupo estabeleceu determinadas condutas que impactam direta ou indiretamente em novas vidas. Entendendo que tais decisões são frutos de deliberações de homens e mulheres, já podemos inferir que são definições culturalmente produzidas.

**Conceituando**

As definições culturais não estão fundamentadas em nenhuma razão objetiva ou universal, antes sendo decisões arbitrárias de classes sociais dominantes que as transmitem para as classes dominadas, de modo que essas as percebem como únicas possíveis ou, pelo menos, como as únicas válidas (NOGUEIRA, 2017, p. 36). A atribuição de sentidos se dá de forma arbitrária, sem uma fundamentação objetiva ou universal que a justifique. Na Sociologia, chamamos essas definições de “arbitrário cultural”.

Para Bourdieu e Passeron (2013), trata-se de uma construção social fundamental para a perpetuação de uma determinada sociedade e dominação de um dado grupo, pois promove uma cultura como sendo melhor e/ou verdadeira em detrimento da negação e inferiorização das demais. Na prática, o conceito de arbitrário cultural se apresenta como uma ferramenta analítica que nos possibilita compreender como definições arbitrárias foram, muitas vezes, usadas para excluir “minorias”, justificar preconceitos e explorações e perpetuar práticas de dominação. Podemos tomar como exemplo as definições de belezas usadas em concursos públicos nas sociedades ocidentais.

O arbitrário cultural é marcado pela aceitação e legitimidade social das classificações definidas por grupos dominantes (BOURDIEU, PASSERON, 2013). Por isso, é comum o conceito ser acompanhado do adjetivo “dominante” (arbitrário cultural dominante). Esses dois sociólogos utilizaram esse conceito para evidenciar o processo de reprodução social empreendido nas escolas. Para eles, os conteúdos escolares são definições arbitrárias que prestigiam os saberes de determinados grupos em detrimento do desprestígio de outros. Assim, “[...] toda ação pedagógica é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário, de um arbitrário cultural” (BOURDIEU; PASSERON, 2013, p. 26). As definições curriculares são resultados de arbitrários culturais, definições realizadas por grupos privilegiados e que, muitas vezes, chegam a nós sem qualquer explicação do motivo de sua existência. A escola, em geral, tende a reproduzir uma prática de valorização da cultura das classes dominantes (muitas vezes julgando as demais culturas como “não cultura”) justamente por ela ser estruturada a partir do arbitrário de grupos dominantes. Nesse contexto, ser “culto” não é possuir cultura (coisa que, na realidade, todos os seres humanos possuem), mas ser dotado de uma cultura específica definida arbitrariamente como “cultura”.

No caso da escola, são os professores os produtores de arbitrários culturais? Não necessariamente, pois ainda que o docente tenha autoridade pedagógica, ele reproduz, em grande medida, definições de outros, tais como os modos como se dará a imposição (a didática e as relações pedagógicas), o conteúdo imposto (o currículo), assim como o público destinado a ensinar (sistemas seriados) (BOURDIEU; PASSERON, 2013). A “neutralidade” que advoga movimentos de extrema direita, como o Escola Sem Partido, não existe sob essa perspectiva, já que todo currículo escolar é resultante de arbitrários culturais que, em sua maioria, não dependem do professor, embora lhe seja cedido algum grau de liberdade de atuação. Se formos rigorosos na reflexão, chegaremos à conclusão de que mesmo quando achamos que o professor realizou alguma definição, esta se deu a partir de sua visão de mundo resultante do conjunto de arbitrários culturais que o cercam e o cercaram, os quais orientaram sua formação pedagógica, teórica e moral.

Dessa forma, Bourdieu e Passeron (2013) nos ajudam a compreender como se dá a dominação de uns grupos sobre outros a partir das definições consideradas como legítimas do que é ou não cultura, bem como do que é ou não importante para estar no currículo escolar.



Conceito em movimento

As raízes importantes da interpretação de que grupos privilegiados definem arbitrariamente significados e valores são encontradas nos pensadores alemães Karl Marx e Friedrich Engels, mais especificamente ao tratarem da produção da consciência e da ideologia. Em síntese, esses teóricos compreendiam que “[...] a consciência é, antes de mais nada, apenas a consciência do meio sensível mais próximo e de uma interdependência limitada com outras pessoas e outras coisas situadas fora do indivíduo que toma consciência [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p. 25).

Nesses termos, a consciência é entendida como um produto dos homens em relação ao seu meio e aos outros homens, não sendo um dado objetivo, um fenômeno físico ou biológico. Além da consciência em geral, Marx e Engels, observando as relações entre os indivíduos, constataram que existem ideias criadas por determinadas classes sociais que são transmitidas pelos meios que dispõem, tornando-se o pensamento dominante. Segundo escreveram,

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante (MARX; ENGELS, 2007, p. 48).

Dentre esses pensamentos da classe dominante, há ideias produzidas e transmitidas que garantem a manutenção da dominação de grupos privilegiados, o que Marx denominou de “ideologia”. Não necessariamente são ideias que projetam “falsas realidades” de forma calculada ou proposital, embora isso também aconteça. A ideologia é uma espécie de justificativa, no plano das ideias, de uma ordem socioeconômica instituída por grupos dominantes. Como exemplo, podemos citar a ideologia de que o trabalho “dignifica o homem”.

Em alguma medida, vemos no uso do conceito de arbitrário cultural aspectos diretamente ligados ao conceito de ideologia (que, grosso modo, envolve a inculcação dissimulada de ideias de grupos dominantes sobre os dominados) adotado por Marx e Engels. Aliás, é a partir das contribuições desses dois pensadores alemães que outros teóricos seguirão buscando compreender como os sentidos das coisas são definidos na sociedade. Podemos citar as contribuições do conceito para Foucault na elaboração de sua ideia de “discurso” (Foucault buscou compreender a relação entre os discursos e a criação de status de verdade para coisas e fenômenos), assim como para grande parte da Fenomenologia (que explora a importância da consciência para a existência das coisas e dos fenômenos, inclusive das ideias). Contudo, é em Pierre Bourdieu que encontraremos o uso mais claro e direto do conceito de arbitrário cultural.



Conceito e seus usos

O conceito de arbitrário cultural nos possibilita compreender algumas questões presentes na nossa sociedade, tais como: a) os valores e significados não são resultantes de uma razão objetiva, universal, mas de definições arbitrárias; b) as definições arbitrárias são reflexos das relações desiguais existentes na sociedade, pois são “leituras do mundo” impostas de forma dissimulada por uma classe dominante; c) as legitimações e classificações realizadas atendem aos interesses de determinados grupos sociais; d) os valores e significados que são dados às coisas, bem como aos padrões de comportamentos que adotamos, são passíveis de serem questionados e transformados, já que não são dados naturais e; e) o alcance e a eficácia da imposição do arbitrário cultural dominante dependem do desconhecimento dos processos e das relações que envolvem sua produção, reprodução, inculcação e legitimação.

O conceito em questão foi mobilizado por Bourdieu para compreender a reprodução das desigualdades sociais, tendo constatado que a arbitrariedade do processo de definição de sentidos e sua imposição dissimulada se davam graças à ocultação de sua origem de classe social (NOGUEIRA, 2017). Se, por um lado, a eficácia do arbitrário cultural ocorre graças a essa ocultação, por outro, a compreensão do conceito torna possível nossa tomada de consciência.

Assim, a conscientização é o maior ganho proporcionado pela compreensão do conceito de arbitrário cultural, o que possibilita o enfrentamento das imposições cotidianas. Ao tomarmos consciência da ideologia patriarcal e do racismo estrutural, por exemplo, podemos não só deixar de sermos racistas e machistas, podemos combater as práticas cotidianas preconceituosas e injustas.



Referências

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Tradução de Reynaldo Bairão. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

NOGUEIRA, Maria Alice. Arbitrário cultural. In: CATANI, Afrânio Mendes et. al. (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 36-38.



Dicas de leitura

BODART, Cristiano das Neves. O que é conhecimento útil em prova do ENEM? O arbitrário cultural?. *Blog Café com Sociologia*, 2018. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/arbitrario-cultural-em-bourdieu/>. Acesso em: 10 set. 2020.



Dicas de atividades

Produza um levantamento, com a participação dos alunos, de arbitrários culturais presentes na sociedade (ou na escola) que podem ser problematizados quanto à sua suposta razão objetiva ou universal, interesses envolvidos nas definições, grupos/sujeitos beneficiados e prejudicados. O levantamento pode ser realizado de forma dialógica e anotado na lousa durante o processo de produção. Feito o levantamento, recomendamos uma discussão/reflexão coletiva em torno de como vivenciamos essas lógicas dominantes no dia a dia e quais as possibilidades de transformação entre beneficiados e prejudicados. Exemplo de quadro a ser produzido na lousa:

Arbitrário	Interesses envolvidos e seus produtores	Grupos prioritariamente beneficiados	Grupos não beneficiados ou prejudicados
Os homens são os chefes de família	Manutenção da sociedade patriarcal	Homens	Mulheres